

## ESPECIAL SEGURANÇA

**Exército no ES**

As Forças Armadas ficaram responsáveis pelo policiamento, com a greve da PM no Estado.

FOTO: Bernardo Coutinho

# SEGURANÇA, UM DESAFIO DO TAMANHO DO BRASIL

## Reação nacional à criminalidade passa por vontade política

■ **RONDINELLI TOMAZELLI**  
rtomazelli@redgazeta.com.br

Este início de ano foi marcado por 130 homicídios em chacinas de presídios brasileiros e por mais 165 assassinatos durante a greve da PM no Espírito Santo. Isso escancarou os graves problemas da segurança pública a serem enfrentados em todo o país. Violência urbana, facções criminosas dominando presídios, superlotação de cadeias e baixa remuneração de policiais são questões não resolvidas por vários governos e partidos que chegaram ao poder.

Só que a fatura chegou cara para governantes e governados, e hoje obriga Executivo federal, governadores, Judiciário e Legislativo a se mobilizarem em busca de soluções federativas, de modo a restaurar o mínimo de ordem em uma sociedade à beira da convulsão.

Diante da falta de dinheiro num cenário de crise econômica e forte arrocho fiscal, é necessária vontade política para organizar uma reação nacional à criminalidade crescente. Uma das principais críticas de especialistas ouvidos pela reportagem é a concentração do esforço apenas na repressão – e não em investimentos sociais preventivos e em equipamentos de inteligência para uso das autoridades policiais.

“A nossa polícia trabalha muito com o flagrante mais imediato. Por exemplo, pega uma trouxinha de droga, separa um cidadão qualquer, vai preso ou não. Temos uma política de encarceramento que entupiu nossas cadeias de pequenos medianos, enquanto grandes organizações criminosas operam por aí. Não temos uma estrutura que pesquisa, que faça inteligência”, pontua o sociólogo Julio Jacobo,

responsável pelo Mapa da Violência, série de estudos publicados desde 1998, que é referência nacional.

O Brasil passou de 250 mil encarcerados, em 2000, para os mais de 600 mil presos hoje. Apesar disso, o crime continua apavorando a população, enquanto outros países estão revertendo esse processo.

Se, no modelo brasileiro, cadeia não regenera e não reabilita ninguém, Jacobo insiste na aplicação de penas alternativas – uma previsão legal ainda tímida na prática. “Temos que ter programas para reinserir o indivíduo na sociedade. Em nosso país, quem entra como contraventor, sai do cárcere como criminoso pós-graduado.”

Não é só. Uma guerra de facções criminosas matou mais de 130 detentos em presídios em janeiro, o que obrigou o presidente Michel Temer (PMDB) a elaborar,

“Cadeia, presídio, todo mundo quer esquecer. O governante sabe que não ganhará voto se melhorar a situação carcerária. Há um colapso. Pôr um band-aid não resolverá o problema agora”

**GUARACY MINGARDI**  
Analista criminal

sob pressão, um Plano Nacional de Segurança Pública, que prevê construção de mais presídios, centrais de inteligência estaduais interligadas e ampliação das Forças Armadas nas regiões conflagradas. O plano ainda está sendo discutido, mas já é considerado insuficiente por especialistas.

**FALÊNCIA**

“Infelizmente, investimos mais em repressão e muito pouco em inteligência policial. Prova disso é praticamente a falência da Polícia Civil. Dinheiro não falta, o que falta é uma boa gestão. Hoje, muitas das ações são duplicadas”, frisa Rafael Alcadipani, professor de Estudos Organizacionais da FGV-EAESP e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Para Alcadipani, mais do que questões históricas, como a profunda desigualdade social, o problema hoje é

que gestão e vontade política precisam andar juntas, mas não é o que tem acontecido. Tanto que, guardadas as proporções e diferenças com o Brasil, a Colômbia selou um acordo de paz com a milícia armada das Farc.

Nesse sentido, endossam Alcadipani e Jacobo, outra medida urgente no Brasil é iniciar a regulamentação do mercado das drogas, como ocorreu nos Estados Unidos, em Portugal e no Uruguai, a partir de legislação que defina claramente a quantidade de droga que configura tráfico, diferenciando usuário de traficante. A regulamentação diminuiria a pressão sobre os presídios. Um exemplo: no Espírito Santo, de cada três detidos, um é por tráfico. A maioria portava pequenas quantidades.

Num contexto em que os entes federados argumentam não ter verba em caixa, o coronel José Vicente da Silva, ex-secretário nacional de

“

O Brasil precisa aplicar penas alternativas e investir em inteligência. A cadeia é uma universidade do crime. Um contraventor sai de lá com pós-doutorado em criminalidade”

**JULIO JACOBO**  
Sociólogo/Mapa da Violência

Segurança Pública, toca em pontos polêmicos para financiamento do setor. Segundo ele, o custo da violência no Brasil é de R\$ 700 milhões por dia. Se o governo federal investir adequadamente, pode reduzir o custo, que é de R\$ 258 bilhões por ano, e reduzi-lo à metade.

“Minha sugestão é arrumar dinheiro novo para investir na segurança, é acelerar o projeto de legalização do jogo, e a estimativa de arrecadação anual seria mais ou menos de R\$ 2 bilhões por mês de impostos. Poderia pegar de 30% a 50% desse valor, ao menos nos cinco primeiros anos, para aplicar na segurança, na construção de presídios, pagar hora extra para policiais trabalharem, e exigindo contrapartidas: treinamento, ninguém pode ter folga superior a 40 horas e assim vai”, sugere o coronel, hoje consultor de segurança.

#### LIDERANÇA

Na verdade, questões de fundo precisam ser enfrentadas. A começar por heranças históricas, num país com alta concentração de renda e desigualdade social. Por isso, especialistas são unânimes em cobrar liderança do governo federal no processo de reestruturação da segurança, envolvendo controle de fronteiras, recursos financeiros e pessoal.

Analista criminal e membro do Fórum Brasileiro de Segurança, Guaracy Mingardi reitera que nada disso sai do papel enquanto não se enfrentar um colapso estrutural: “A lentidão do Judiciário e a hesitação do Ministério Público para resol-

ver os processos; a rivalidade das polícias Civil e Militar, que não se suportam, disputam espaço e fazem coisas parecidas; e o problema do sistema prisional são questões para trabalhar com legislação e administração. Temos que mexer nisso tudo. Questões como a do Ministério Público são políticas; outras são estruturais”.

Não se pode pensar na segurança só quando a crise chega, mas no longo prazo e organicamente, avalia Mingardi. Ele também culpa os gestores públicos pelas greves policiais – que já pipocaram da Bahia ao Tocantins e podem chegar ao Rio de Janeiro: “Fazem grandes pronunciamentos quando a crise se instala, mas depois não mexem em nada, deixam a segurança como está”.

#### LENTIDÃO

No Congresso, aliás, há inúmeros projetos para reformulação das polícias, mas nunca são votados. O próprio Temer anunciou um projeto para normatizar a greve do funcionalismo público, mas há 15 anos dorme um texto desse teor no Congresso – desde quando ele próprio presidia a Câmara, sem pautar o tema.

No caso do Brasil, a Polícia Militar faz o trabalho ostensivo nas ruas, e a Civil cuida da investigação – e constantemente entram em conflito. Já a Polícia Federal cuida de crimes de fronteira e contra a União e de tráfico de drogas. Já na França, diz Mingardi, há duas polícias setorializadas de forma a cobrir todo o território. A Polícia Nacional (civil) cuida das cidades e das fronteiras, já a Polícia Militar cuida do campo e das cidades com até 10 mil habitantes.

Há, por outro lado, exemplos negativos: país parecido com o Brasil, o México resolveu usar o Exército na repressão criminal contra traficantes, mas perdeu a guerra: os criminosos ficaram mais fortes e o Exército, extremamente corrompido. Por isso Mingardi faz restrições à presença prolongada e banalizada das Forças Armadas em Estados.

Enfim, sobram sugestões para avançar no debate sobre controle de violência, problema nacional que impõe urgente reação das autoridades. Até porque a conta caiu sobre toda a população brasileira, que não suporta mais esse caos e paga uma das cargas tributárias mais pesadas do mundo.

## PROBLEMAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

1



### PRESÍDIOS

Sistema que entope cadeias e mistura pequenos infratores a grandes criminosos não recupera pessoas

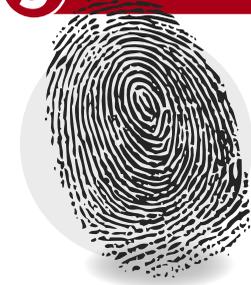
2



### DROGAS

Polícia prende usuário de drogas, mas tráfico só aumenta. Falta estabelecer a diferença, por lei, entre consumo e comércio de drogas. Outros países definem 2 ou 3 gramas, e mais que isso é comércio - no Brasil, essa definição fica a critério do policial

3



### INTELIGÊNCIA

O governo federal não tem um instrumento básico de enfrentamento da violência através de um Sistema Nacional de Segurança Pública. Falta uma estrutura dedicada à inteligência e à pesquisa preventiva. A União não pode simplesmente mandar dinheiro aos governadores: haverá desperdícios, pois muitos Estados não têm um modelo eficiente de gestão na segurança

4



### INVESTIMENTO NO POLICIAL

Enquanto outras corporações, como as de juizes e procuradores, recebem remuneração alta e uma série de benefícios, como auxílio-moradia, polícias reclamam de falta de equipamentos e de baixos salários

5



### BUROCRACIA

O país tem duas polícias (Civil e Militar), que poderiam trabalhar de forma mais integrada, os processos judiciais são lentos e vários órgãos fazem a mesma função. Além da frouxidão de determinadas leis, trata-se de um país com leis demais, porém descumpridas. Há um problema de lentidão do Judiciário e do Ministério Público tanto em se posicionar quanto em acelerar os processos

6



### SOCIAL

O Brasil é um país com forte diferença entre pobres e ricos, com uma das maiores concentrações de renda do mundo. São fatores de criminalidade no longo prazo e de extrema pobreza. As ocupações de UPPs deram certo por um tempo, mas não houve a mudança social

## SAÍDAS

■ Penas alternativas, já definidas em lei, mas pouco praticadas

■ Aplicar na realidade o que diz a Constituição: programas de reeducação e de reinserção do indivíduo na sociedade

■ Reforma do Código de Processo Penal, reforma das polícias e reforma penitenciária, que não vão à frente. O problema é que a eficiência da polícia é medida pelo número de presos, e se entopem os cárceres. E isso contribui para criar a desordem vista neste momento

■ Legislação precisa definir claramente quantidade de droga que configura tráfico, separar usuário e comerciante. Iniciar a regulamentação do mercado das drogas, como acontece nos Estados Unidos, em Portugal e no Uruguai. Lidar de forma mais inteligente com as drogas é fundamental para mexer nessa realidade

■ Investir mais em inteligência policial do que em repressão, que é apenas a última das alternativas de enfrentamento ao crime

■ Investir em treinamento, em tecnologia de gestão e planejamento, em tecnologias de inteligência nas polícias

■ Uma solução seria o governo federal incentivar o trabalho policial pagando gratificação por apreensão de armas ilegais

■ O governo federal precisa discutir com os Estados a formulação de algum programa de fortalecimento de recursos humanos nas polícias dos Estados: seriam treinamento, racionalização da administração e prestígio ao pessoal do policiamento das ruas

■ Ter boa gestão. Hoje muitas das ações são duplicadas. O ponto central é criar um sistema racional e inteligente. Por exemplo, Polícia e Justiça fazem e refazem inquéritos policiais, o que poderia ser mais organizado

■ Judiciário precisa vencer a lentidão para fazer cumprir a lei e as penas no tempo correto

■ Todos os países europeus têm taxas de encarceramento extremamente baixas: adotam programas sociais, investem em Educação

■ Segurança pública se resolve mais com cuidado social e menos com polícia

## ESPECIAL SEGURANÇA

# “É PRECISO TER PROJETOS. SÓ DINHEIRO NÃO RESOLVE”

## Crises capixaba e nacional não acabaram, alerta especialista

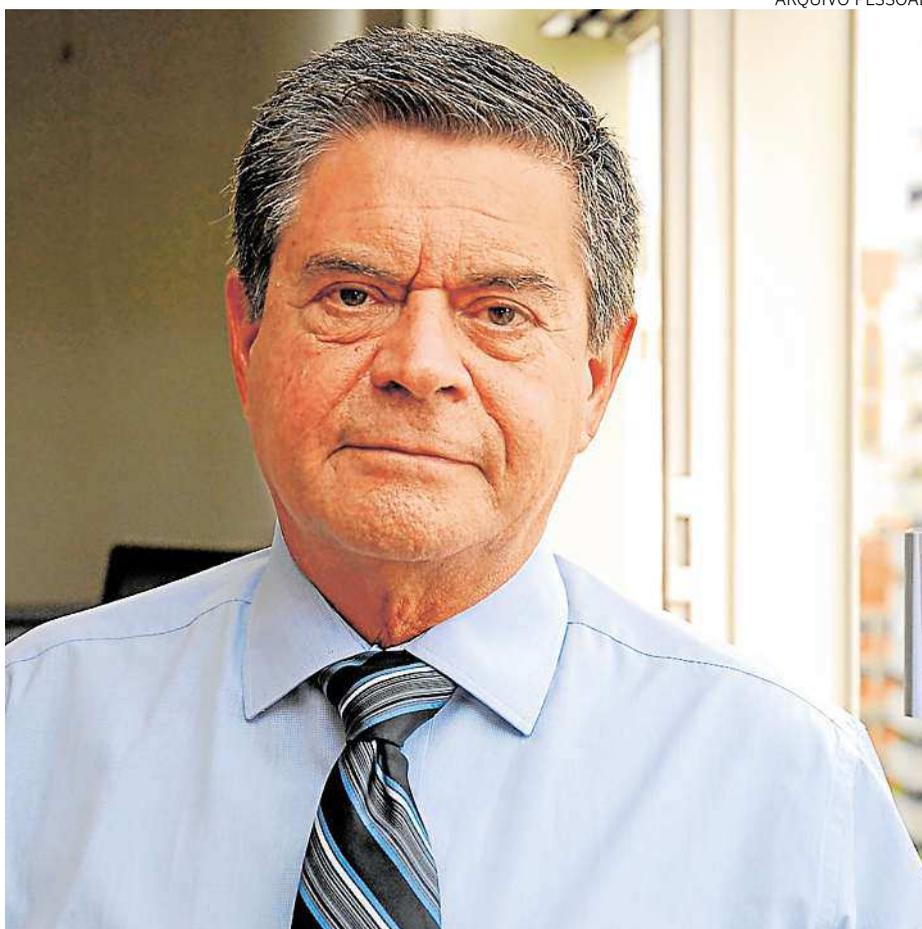
/// RONDINELLI TOMAZELLI  
rtomazelli@redgazeta.com.br

A gravidade da crise do Espírito Santo preocupa o coronel José Vicente da Silva, ex-secretário nacional de Segurança Pública. Hoje consultor de segurança, ele aponta o que o governo federal deve fazer e avalia que os policiais voltam desmotivados ao trabalho, o que faz cair a produtividade e eleva os índices de violência.

“No Espírito Santo, que teve um ganho na redução de homicídios, a probabilidade maior hoje é de voltar ao estágio anterior de violência. A solução não é o retorno dos policiais ao trabalho, o que só reduz o problema sério da desordem pública. O problema agora passa a ser o controle do crime.”

**Qual deveria ser a ação do governo federal para evitar que convulsões como esta se repitam em outros Estados, que estão em crise de caixa e onde a polícia também está insatisfeita?**

O governo federal já sinalizou que não há acordo possível em relação a descumprimento da regra constitucional da proibição da greve das PMs. Tanto manda tropas para recompor a ordem pública, como politicamente vai agir para não permitir anistias – que acabam gerando a impunidade e a continuidade desses movimentos. O governo federal também precisa discutir com os Estados um programa de fortalecimento de recursos humanos nas polícias. Em muitos Estados, os policiais



Coronel José Vicente da Silva alerta para possível aumento da violência

que estão fora do policiamento das ruas, cedidos a outros órgãos e áreas, recebem mais salário ou gratificação, e isso gera revolta.

**E há condições de fazer essa reestruturação agora?**

Outra questão é o governo federal incentivar o trabalho policial pagando gratificação por apreensão de armas ilegais. Um problema que existirá no Espírito Santo é que o policial é obrigado a voltar às ruas, mas ninguém vai obrigá-lo a ficar olhando

carros suspeitos e pessoas suspeitas. Isso está acontecendo no Rio Grande do Sul desde que começou a haver um corte de salários: ninguém entrou em greve lá, mas houve queda brutal de fiscalização de veículos e de pessoas, tem estatística disso, queda de prisão em flagrante, e o crime está numa ascensão assustadora. Se não houver um programa de recuperação, uma parceria entre Estado e União, a polícia só vai cumprir expediente, não estará motivada

para fazer uma parte desagradável do trabalho, que é parar pessoas e veículos, revisar documentos...

**O ministério da Justiça prometeu aos secretários de Segurança uma PEC para a União financiar parte de segurança e presídios.**

Nenhum governo manda uma PEC dessas, porque já tem muita restrição orçamentária com saúde e educação, o orçamento é muito engessado. Na verdade, o governo precisa ter dinheiro

“

Não é só salário alto. Rio Grande do Sul tem salário alto, mas não paga. Precisamos da organização mais racional e eficiente das polícias e de secretários qualificados”

para alocar a projetos que funcionem. Só mandar dinheiro aos Estados não resolve. A polícia que mais gasta talvez seja a do Distrito Federal, e ainda assim o DF tem mais que o dobro da violência de São Paulo. E a maioria dos secretários de Segurança nem entendem o que é segurança.

**O senhor é otimista quanto aos nós da segurança ou vê o fundo do poço?**

Nossa situação continuará grave por muitos anos. Quando terminarem este governo e o próximo, daqui a seis anos, você pode somar: teremos 600 mil mortes violentas, sendo metade de jovens, e teremos um custo acumulado de R\$ 1,5

trilhão. Vamos ter crises esporádicas, parece uma desordem pública aqui e acolá, mas matam um preso por dia no Brasil, e estão assassinando mais de 150 pessoas por dia no Brasil. Então, os problemas vão continuar, porque as questões de fundo não estão sendo resolvidas. Precisamos reformular nosso modelo policial. O fato de ter duas polícias, uma Civil e uma Militar, já onera em 25% a 30% a segurança, já economizaria nos Estados a unificação. E 20% num Orçamento de São Paulo representa R\$ 5 bilhões.

**Houve que erros do governo e do comando da polícia no caos capixaba?**

O maior responsável foi o governo estadual, desde o fato de não ter amenizado as condições que os policiais reivindicam. O governo deveria ter um sistema de inteligência prevendo a eclosão e criando um plano de contingência para sufocar de imediato e não deixar a população desatendida. Já o grande problema na PM, internamente, será como os oficiais vão recuperar a autoridade perdida com os seus comandados. Ou não deram ordem para esse trabalho, ou deram ordem e não foram obedecidos e nada fizeram. Como recompor isso? É um processo que vai demorar, pelo menos, cinco anos. E como motivar esse pessoal a não encostar o corpo no expediente? Vai demorar cinco anos também.

### O PLANO DE TEMER

#### CRISE PENITENCIÁRIA

##### ▼ Janeiro de 130 mortes

Uma guerra de facções criminosas em presídios do Norte e Nordeste fez o governo Temer acelerar um novo Plano Nacional de Segurança Pública. Seus antecessores Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula (PT)

e Dilma Rousseff (PT) também tomaram iniciativas parecidas após calamidades na área.

##### ▼ Mais presídios

As principais propostas são a construção de presídios federais e mais verbas para Estados, a criação de centrais de inteligência nos

Estados e a ampliação e utilização mais sistemática da Força Nacional de Segurança, que passará a ter 7 mil agentes. Outra meta é reduzir a superlotação nas prisões em 15% até 2018.

##### ▼ 209 cidades

O Plano começa em

Natal (RN), Aracaju (SE) e Porto Alegre (RS) como projetos-piloto. Se funcionar, o projeto abarcará demais capitais e 209 grandes cidades em 2018. Embora copie ações dos governos passados, o plano cria, nos tribunais e nos

Ministérios Públicos, grupos para melhorar os baixos níveis de investigação de homicídio e feminicídio.

#### APREENSÃO DE DROGAS

##### ▼ Reduzir homicídios

O Plano pretende a redução anual de 7,5% de homicídios e o aumento

de 10% na apreensão de armas e drogas neste ano e 15% em 2018. Fora isso, há temor, no Planalto e entre governadores, que o movimento de greve do ES se espalhe país afora. O governador do Rio deu aumento aos PMs, já temendo igual levante.